



Empregados de conselhos querem se tornar estatutários

Grupo composto por membros dos conselhos, parlamentares e integrantes do governo vai elaborar projeto de lei

Em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, conselhos de fiscalização profissional cobraram mudança para o regime estatutário. Como essas entidades têm status de autarquia e fazem processo seletivo para contratação de pessoal desde a década de 90, os empregados lutam para serem reconhecidos como servidores. Mudança não é consenso entre os conselhos. **3**



Geraldo Magela/Agência Senado

Audiência pública discute a mudança de regime de empregados de conselhos fiscalizatórios, que querem migrar para a Lei 8.112/1990



Waldemir Barreto/Agência Senado

Na audiência de ontem na CDH, debatedores expuseram quadro de insegurança em que vivem os contrários à extração ilegal de madeira

Desmatamento traz cenário de violência

Ativistas de movimentos sociais da Região Norte contrários ao desmatamento denunciaram, em audiência pública ontem na Comissão de Direitos Humanos, a escalada de violência,

impunidade e corrupção em consequência da atividade de extração ilegal de madeira.

Eles pediram aos senadores uma solução definitiva para a insegurança na região. **4**

CPMI pode convocar Paulo Roberto Costa

Por ter fechado acordo de delação premiada com o Ministério Público, visando à redução de pena, o ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa poderá prestar novo depoimento à CPMI da Petrobras. O relator do colegiado, Marco Maia, adiantou que deverá convocá-lo assim que ele falar à Polícia Federal. **2**

Votação de imposto em nota fiscal é adiada **3**



Comunicação do Senado

É fácil
se informar



Os veículos de comunicação do Senado cobrem as atividades da Casa, com a transmissão integral das sessões deliberativas e dos debates das comissões, além das notícias diárias. Juntos, **Jornal, TV, Rádio e Agência Senado** oferecem um jornalismo de qualidade, aproximando o cidadão do Parlamento.

Acesse: www.senado.leg.br/noticias

Senado + transparente.
A informação ao seu encontro.



Paulo Roberto Costa pode depor à CPMI da Petrobras

O relator da CPMI, Marco Maia, disse que deverá requerer nova oitiva de Paulo Roberto Costa, ex-diretor da estatal, logo após ele depor ao Ministério Público no acordo de delação premiada

DIANTE DE NOTÍCIAS de que o ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa teria fechado um acordo de delação premiada para redução de pena, o relator da CPMI da Petrobras, deputado Marco Maia (PT-RS), admitiu a possibilidade de convocá-lo a depor.

— Assim que ele prestar esse depoimento, vocês podem ter certeza de que eu serei o primeiro a apresentar um requerimento para requerer esse depoimento para CPMI — afirmou o deputado.

Reportagens publicadas no início da semana dão conta de que Paulo Roberto Costa está ajudando a polícia a esclarecer o esquema de lavagem de dinheiro conduzido pelo doleiro Alberto Youssef. Acusado de participação em um esquema de corrupção, o ex-diretor da Petrobras está preso na Polícia Federal, em Curitiba. Junto com Youssef,



Vital (2º à esq.), Pimentel (3º à esq.) e Rodrigues ouvem Paulo Roberto Costa

que também está preso, integraria uma quadrilha que poderia ter movimentado ilegalmente R\$ 10 bilhões.

A CPMI já aprovou a quebra do sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático de Paulo Roberto Costa, bem como o do doleiro Alberto Youssef. Além disso, o ex-diretor da estatal depôs na CPI da Petrobras exclusiva do Senado em junho. Afirmou por mais de uma vez que nunca usou o posto para superfaturar contratos da empresa. Também disse que não

sabia que Youssef era doleiro.

Um dia após esse depoimento, Paulo Roberto Costa foi detido pela segunda vez por ordem do juiz Sergio Moro, da 13ª Vara Federal do Paraná. O motivo foram supostas contas que Costa teria em bancos suíços, com depósitos de US\$ 23 milhões. Ele já havia sido preso em março, mas foi libertado dois meses depois devido a um habeas corpus a seu favor, decidido pelo ministro Teori Zavascki, do Supremo Tribunal Federal.

Kaká desaprova preço e qualidade do serviço de telefonia móvel



Kaká Andrade (PDT-SE) manifestou preocupação com distorções no setor de telefonia

móvel. Ele disse que o usuário paga um preço alto por um serviço de baixa qualidade. O senador lembrou que as operadoras ocupam os primeiros lugares no ranking de reclamação de serviços.

Para Kaká, não basta multiplicar a oferta de celular, pois a raiz dos problemas é a falta de investimento em estrutura.

O parlamentar disse que, entre 2003 e 2013, o ganho das operadoras cresceu quase 300%. O investimento em serviços, no entanto, subiu pouco mais de 100%. Kaká cobrou providências da Anatel.

Mozarildo propõe que Senado fiscalize Programa Mais Médicos



Ao comentar as críticas publicadas na imprensa ao Programa Mais Médicos, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) disse que

o Senado deve investigar a situação e formular as próprias conclusões. O senador acrescentou que não basta criticar o programa, mas que o ideal é apontar possíveis soluções.

Mozarildo, que é médico de formação, reconheceu pontos positivos no Mais Médicos, mas observou que o programa não pode ser encarado como a solução para todos os problemas de saúde do país.

— Não é um programa duradouro para permanecer para sempre — declarou.

Jarbas critica forma como PT desqualifica candidatos da oposição



O senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) criticou ontem em Plenário a forma como

o Partido dos Trabalhadores se refere aos opositores na campanha eleitoral, especialmente à candidata do PSB à Presidência, Marina Silva.

Esse comportamento do PT, acredita o senador, mostra o desespero de um partido que não teria mais capacidade para governar o país e encontrar soluções para os problemas que afligem a população.

— Para um governo que se transformou numa seita fundamentalista, é difícil admitir que, há muito tempo, frustrou as expectativas dos brasileiros — afirmou.

Senado faz manutenção de urgência em equipamentos

As Secretarias de Infraestrutura e de Tecnologia da Informação do Senado fizeram, a partir das 21h de ontem, manutenção emergencial de equipamentos.

A operação, que seria encerrada às 8h de hoje, foi necessária em razão da falta de energia ocorrida durante

a tarde de ontem.

Com o procedimento, todos os serviços da rede do Senado, inclusive as páginas na internet e o Portal de Notícias, ficaram indisponíveis. A TV Senado também permaneceu fora do ar. A exceção foi a Rádio Senado, que continuou sendo transmitida.

Figueiró comemora mais rapidez em julgamentos

Ruben Figueiró (PSDB-MS) comemorou a aprovação, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), de projeto dele que altera o Código Eleitoral para agilizar a impugnação de



A Justiça terá 120 dias para julgar cassação de registro e de partidos políticos.

— Estamos cansados de ver casos de pessoas que permanecem lá por causa da morosidade da Justiça — afirmou.

Vanessa rejeita proposta de Banco Central autônomo

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) criticou a proposta de candidatos à Presidência da República de tornar o Banco Central independente. Para a senadora, não é uma simples questão de gestão administrativa, mas um conceito neo-



liberal que teria como consequências juros elevados, arrocho salarial e recessão.

— Significa o governo abrir mão de sua condição de definir os rumos da nação, os rumos do país. Passaria as rédeas da nação a tecnocratas — disse.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Discursos

14h A sessão será não deliberativa, sem votações, destinada a pronunciamentos dos senadores e comunicados da Mesa.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 14h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portella

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral e secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretor-adjunto: Flávio de Mattos

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Marco Antonio Reis

Diretor-adjunto: Flávio Faria

Coordenação de Cobertura: Nelson Oliveira

Coordenação de Edição: Sílvio Burl

Coordenação de Multimídia: James Gama

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição: André Falcão, Laércio Franzone, Marina Domingos e Ricardo Westin

Diagramação: Beto Alvim e Ronaldo Alves

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira, Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

Empregados de conselhos fiscalizatórios, como o Conselho Federal de Medicina, lutam para serem reconhecidos como servidores regidos pelo Regime Jurídico Único

Conselhos de classe querem regime estável

EMPREGADOS DE CONSELHOS de fiscalização profissional cobraram mudança para o regime estatutário em audiência pública realizada ontem na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Como os conselhos de fiscalização profissional têm status de autarquia e fazem processo seletivo para contratação de pessoal desde a década de 90, os empregados dessas entidades lutam para serem reconhecidos como servidores regidos pelo Regime Jurídico Único (Lei 8.112/1990).

A presidente da CDH, Ana Rita (PT-ES), formou um grupo especial, composto por parlamentares e representantes dos funcionários e gestores dos conselhos, com o apoio do Tribunal de Contas da União (TCU), do Ministério Público Federal (MPF), da Advocacia-Geral da União (AGU) e do Ministério do Planejamento, para auxiliar na elaboração

de um projeto de lei.

A iniciativa de uma lei com essa finalidade cabe à Presidência da República, já que seriam criados cargos e definidas remunerações. A ausência de um marco legal é apontado como o principal entrave para a mudança de regime, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para o Regime Jurídico Único.

De acordo com Douglas de Almeida Cunha, secretário da Juventude da Central Única dos Trabalhadores (CUT) do Distrito Federal, cerca de 23 mil funcionários devem passar pela troca de regime, ao custo de R\$ 65 milhões por ano. Os conselhos arrecadaram, em 2011, cerca de R\$ 1,8 bilhão.

Prós e contras

A presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores nas Autarquias de Fiscalização do Exercício Profissional (Fenasera), Inês Granada Pedro, lembrou que o Superior



Ana Rita (C) preside reunião da Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa, que não chegou a um consenso

Tribunal de Justiça (STJ) tem decisão favorável à mudança no regime, mas ainda em fase de embargos. Segundo ela, as autarquias de fiscalização profissional são um braço administrativo do governo desde sua instituição e a decisão jurídica, ainda que não tenha transitado em julgado, deixa evidente que o regime

deve ser o estatutário.

— Precisamos agora combinar forças para que o cenário seja adequado aos trabalhadores, se preserve a autonomia dos conselhos e se cumpram as determinações do Tribunal de Contas da União — declarou.

Porém, o assunto é tão conflituoso que não há uma

opinião consensual. Para José Augusto Viana Neto, presidente do Conselho Regional de Corretores de Imóveis da 2ª Região, a adoção do Regime Jurídico Único poderia afetar a autonomia dos profissionais, uma vez que os conselhos defendem o interesse da sociedade ao reprimir faltas ético-disciplinares.

Adiada votação de imposto em nota fiscal

A análise do relatório da Medida Provisória (MP) 649/2014, sobre informação em notas fiscais de impostos embutidos, foi adiada mais uma vez. A votação estava prevista para ontem, mas a ausência do relator, deputado Andre Moura (PSC-SE), impediu a votação. O texto original adia para 2015 a punição às empresas que ainda não detalham na nota fiscal ou em local visível os impostos embutidos no preço dos produtos e serviços. A regra deveria ter começado a valer em 9 de junho. O presidente

da comissão mista, senador Acir Gurgacz (PDT-RO), abriu a palavra aos parlamentares, mas logo encerrou a reunião. O senador Jayme Campos (DEM-MT) classificou o texto da MP de “jabuti”, em razão dos temas sem relação incluídos.

Outras duas medidas provisórias — 652/2014 e 653/2014 — passaram a ter comissões mistas do Congresso para analisá-las. Não houve escolha dos presidentes e relatores das duas comissões por falta de quórum. As reuniões foram suspensas e adiadas para a

próxima sessão deliberativa, prevista para 7 de outubro.

A MP 652 criou o Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional para subsidiar operações de empresas aéreas em aeroportos com até 1 milhão de passageiros por ano. Pelo texto, a subvenção se dá sobre as passagens aéreas em voos com origem ou destino em aeroportos regionais.

A MP 653 flexibilizou a presença obrigatória de um farmacêutico em farmácias caracterizadas como micros ou pequenas empresas.

Paulo Paim defende uma reforma tributária mais justa para população

Paulo Paim (PT-RS) defendeu ontem uma proposta de reforma tributária mais racional. Ele argumentou que é preciso levar em conta a justiça, fazendo com que quem ganha mais pague mais, e considerar a progressividade, favorecendo os que ganham menos e que gastam, principalmente no consumo diário, com alimentação e transporte.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Na terça-feira, Paim leu em Plenário um manifesto que defende equilíbrio financeiro da Previdência. O texto, da Associação Nacional dos Servidores da Previdência e da Seguridade Social, foi encaminhado a todos os candidatos à Presidência. A entidade defende a Previdência Social pública, a adoção de transparência e de novas fontes de financiamento.

Raupp comemora aumento do teor de álcool e biodiesel

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) comemorou a aprovação da medida provisória que ampliou o limite de adição de 5% para 7% de biodiesel ao óleo diesel consumido no país.

Raupp ressaltou que a medida reduz a ociosidade das unidades produtivas do biodiesel e a despesa da Petrobras com a importação de óleo diesel.

Outro benefício da MP, disse o senador, é que o aumento da mistura do biodiesel ao diesel também fomenta a agricultura familiar, já que 90% da produção de biodiesel provém desse setor.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Fleury celebra chuvas e início do plantio de nova safra em Goiás

Fleury (DEM-GO) disse em Plenário que, graças às chuvas dos últimos dias, os agricultores de Goiás estão começando o plantio da próxima safra. O senador ressaltou que os agricultores estão garantindo o futuro da balança comercial, já que o agronegócio é um dos pontos fortes das exportações.

Fleury lembrou que 80% do produto interno bruto de Goiás vem do agronegócio e disse que os produtores rurais esperam que as chuvas ajudem a garantir uma boa safra.

O senador pediu ao governo federal mais atenção para o armazenamento de grãos.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Casildo Maldaner cobra recuperação da economia nacional

Após registrar a queda nos indicadores econômicos, que revelam um cenário de recessão, Casildo Maldaner (PMDB-SC) pediu aos candidatos à Presidência que estabeleçam um compromisso com o crescimento econômico.

— Os candidatos à Presidência devem assumir um compromisso com a política econômica. Alguns caminhos são inescapáveis: a reforma tributária, uma das mais urgentes. E a atual carga chega a 35% do PIB, um dos maiores entraves do crescimento, porque reduz a competitividade das nossas empresas — disse.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Compra da Celg pela Eletrobras é saudada por Lúcia Vânia

Na terça-feira, Lúcia Vânia (PSDB-GO) comemorou o acordo entre a companhia de distribuição da Companhia Energética de Goiás (Celg Distribuição) e a Eletrobras, que efetuou a compra de 51% das ações da companhia goiana.

— O processo criou as condições para que tenhamos uma Celg muito mais forte, digna do povo goiano — avaliou.

A senadora informou que a Eletrobras já colocou R\$ 3,5 bilhões na empresa e investirá mais de R\$ 300 milhões por ano. A Caixa Econômica Federal também concederá um empréstimo de R\$ 1,9 bilhão.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Suplicy presta homenagem a Antônio Ermírio

Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu um voto de pesar pela morte do empresário paulistano Antônio Ermírio de Moraes, aos 86 anos, no dia 24 de agosto. O senador lembrou que o presidente de honra do Grupo Votorantim tinha o hábito de trabalhar 12 horas por dia e participava de entidades como a Beneficência Portuguesa.

— No campo pessoal, a marca de Antônio Ermírio foi a simplicidade, acompanhada de humildade e generosidade. Ele pregava ser de responsabilidade dos empresários não apenas produzir e gerar empregos, mas ajudar o próximo.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Em audiência na Comissão de Direitos Humanos ontem, debatedores expuseram como a extração ilegal de madeira na Amazônia é marcada por violência, corrupção e impunidade

Ativistas pedem socorro contra madeireiros

CRIME ORGANIZADO, MÁFIA, guerra, “madeira lavada com sangue”: o cenário de violência por trás do desmatamento na Amazônia, que desafia o Estado, foi descrito com esses termos pelos participantes do debate promovido pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) ontem.

Ativistas ameaçados de morte por denunciarem os crimes ambientais foram ao Senado pedir socorro e uma solução para barrar a ação de madeireiros, grileiros e mineradores, que seriam os mandantes dos assassinatos na Região Norte.

Em depoimento emocionado, Claudelice Silva dos Santos, irmã do extrativista José Cláudio Ribeiro da Silva, executado em 2011 no Pará, lembrou que ninguém foi preso, o assassino está foragido e as famílias de pequenos agricultores e seringueiros foram expulsas pela polícia militar da reserva florestal onde agora a madeira é explorada.

— O Estado é omissivo. O desmatamento não está diminuindo, estão contando pasto como se fosse floresta. Só este ano, 25 pessoas já foram mortas no Pará. É preciso uma ação rápida para salvar as árvores e as vidas das pessoas — cobrou.



Audiência pública debate a escalada de violência contra ativistas de movimentos que atuam contra o desmatamento

O diretor do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e de Recursos Naturais Renováveis (Ibama) Luciano de Meneses Evaristo confirma que “estão enganando os satélites de monitoramento, brocando a floresta por baixo e pintando os tratores de verde para camuflar”. Além disso, os próprios agentes do órgão sofrem ameaças de emboscada e de incêndio das unidades na área.

— É uma terra sem lei, um faroeste — afirmou.

Mesmo assim, com a ajuda de denúncias dos índios caiapós, o Ibama conseguiu destruir 11 acampamentos clandestinos na região, apreendeu motosserras e aplicou multas bilionárias.

Trata-se de quadrilhas que praticam o crime ambiental articulado com lavagem de dinheiro, documentação falsificada e corrupção de agentes públicos, segundo o delegado da Polícia Federal Adalto de Almeida Martins.

Na Operação Castanheira, realizada em agosto, foram presas seis pessoas de um bando suspeito de desmatar 10% da Amazônia, indiciadas por invasão de terras públicas para grilagem, furto e sonegação fiscal.

A presidente da Comissão Pastoral da Terra (CPT) no Acre, Maria Darlene Braga, denuncia que, no ano passado, 525 famílias foram expulsas com a ocupação das terras na

Amazônia. Quem resiste pode perder a casa e a vida. Vinte pessoas foram assassinadas e 174 foram ameaçadas de morte, entre elas a própria Darlene.

A atividade madeireira triplicou no Acre na última década, rios foram aterrados e madeira de lei é cortada livremente nas áreas antes destinadas ao plano de manejo sustentável para as comunidades, disse ela. Em um ano a sede da CPT no estado foi invadida sete vezes e os documentos com cópias de denúncias do Ministério Público foram roubados.

— Aumentou o desmatamento e a impunidade. Nossas políticas ambientais só são boas no papel — lamentou.

Para Marcio Astrini, representante do Greenpeace Brasil, os órgãos locais de governo são “patrocinadores” das fraudes na documentação “esquentada” que permite a livre circulação de madeira ilegal.

Astrini ressaltou que o setor gera 200 mil empregos e receita de R\$ 5 bilhões ao ano. O investimento na legalização da atividade, segundo ele, seria a saída para evitar a evasão fiscal, o empobrecimento da população e a violência.

— Se não for pela floresta nem pela economia, tem que ser pela vida das pessoas — argumentou.

Vida e paz para trabalhar na própria terra é o que pede Antônio Vasconcelos, presidente da Associação dos Produtores Agroextrativistas da Assembleia de Deus do Rio Ituxi (Apadrit). Ameaçado de morte, ele precisou de proteção da Força Nacional de Segurança durante os últimos dois anos, período em que ficou preso em casa sem poder pôr os pés na reserva extrativista, rica em madeira e ouro.

— Pensem em um modelo de política que possa resolver a situação de uma vez por todas, para que possamos nos sentir seguros — pediu.

Cristovam critica discurso do medo realizado pelo PT na disputa presidencial

Cristovam Buarque (PDT-DF) afirmou que os partidos que governaram o país nos últimos 20 anos — PT e PSDB — não souberam se renovar e estão mais parecidos do que nunca. Uma prova disso seria a tentativa do PT de amedrontar a população sugerindo que a candidata do PSB à Presidência, Marina Silva, não terá condições políticas para governar.

Para o senador, mesma estratégia foi adotada pelo PSDB na disputa eleitoral de 2002, quando Lula venceu a eleição.

— Esse carimbo do medo não pode pegar. Além disso, não tem lógica, porque a gente não pode falar em governabilidade antes das eleições — disse.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Anibal Diniz volta a defender incentivo a candidaturas de mulheres nas eleições

Anibal Diniz (PT-AC) voltou a defender iniciativas que garantam maior representação feminina em cargos eletivos. O parlamentar é autor de um projeto de lei que reserva um terço das vagas no Senado às mulheres.

— Caso a gente consiga aprovar essa matéria, teremos, no mínimo, 27 senadoras, o que significa 33% da representação. Hoje o Brasil ocupa a 158ª posição no ranking mundial de participação feminina.

Pelo proposta de Anibal, será garantida às mulheres uma das duas vagas por estado nas eleições em que o Senado renova dois terços dos integrantes. O próximo pleito em que isso vai acontecer será o de 2018.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Gurgacz sugere que eleitores votem em candidatos sem dívidas com a Justiça

Em discurso no Plenário na terça-feira, Acir Gurgacz (PDT-RO) afirmou que o Brasil viverá o “momento mais importante da democracia” nas eleições gerais deste ano. Ele pediu para que os eleitores votem em candidatos honestos, que sejam “pessoas de bem”. O senador também sugeriu que os eleitores não votem em candidatos e políticos que tenham dívidas com a Justiça, que já tenham sido condenados ou presos.

— Dinheiro público é sagrado e precisa ser bem aplicado. O pior crime que existe é a corrupção. Nosso país não suporta mais corrupção e é nosso dever acabar com ela — disse o senador.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Dilma não tem capacidade de reconhecer erros, diz Cyro

Cyro Miranda (PSDB-GO) criticou, na terça-feira, o enfraquecimento da economia brasileira e a postura da presidente Dilma e de sua equipe econômica diante do quadro. A falta de compromisso com as metas fiscais, as infundadas manobras contábeis e o crescimento da máquina pública são algumas das ações que, segundo Cyro, deixarão uma herança maldita para o país, “com efeitos nefastos para o futuro presidente”.

— Dilma desorganizou a economia do país e nos colocou ladeira abaixo sem freio ou rumo — ressaltou o senador, que se disse indignado.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Inácio Arruda alerta eleitores sobre perda de conquistas

Inácio Arruda (PCdoB-CE) questionou, na terça-feira, os discursos de candidatos à Presidência da República que propõem uma nova política no Brasil. Para o senador, a nova política é o que foi feito pelos governos do PT, e o discurso que propõe o novo, na verdade, tem a intenção de impedir os avanços conquistados nos últimos anos pelo país.

— O que querem é impedir que se continue uma política que inclui milhões de brasileiros com direito de comer, de estudar, de chegar à universidade. É isso que está em curso. É essa tentativa — disse.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Magno Malta quer boicote a propostas contra a família

Magno Malta (PR-ES) pediu aos eleitores que não votem em candidatos que defendem propostas que, na visão dele, enfraquecem os valores da família. Entre elas, o senador citou a do casamento entre homossexuais e as de legalização do aborto e da maconha. Ele também defendeu a redução da maioria penal:

— Essa violência no Brasil só será arrefecida se fecharmos as fronteiras e tomarmos uma atitude que é urgente: redução da maioria penal, já! Eles não querem, mas quem sabe da necessidade é quem está sendo morto, sangrado, atirado no ponto de ônibus.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Capiberibe defende governo do Amapá e censura opositores

O senador João Capiberibe (PSB-AP) comentou ontem as eleições no Amapá e lamentou o que chamou de “obra de ficção cinematográfica” em algumas propagandas no rádio e na TV. Segundo ele, políticos adversários têm usado a propaganda eleitoral gratuita para criticar “obras sem nome e endereço”, impedindo assim que o atual governo, de Camilo Capiberibe, filho do senador, tome providências. Ele também fez críticas aos adversários.

— Faça essa análise aqui para dizer-lhes que o povo vota em quem faz por ele e mais ainda em quem vai fazer mais no futuro — afirmou.



Jefferson Rudy/Agência Senado